

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Registro de Preços para a eventual e futura **AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DESTINADOS A MANUTENÇÃO**, de modo a atender às necessidades pedagógicas da Gerência de Arte Educação, da Orquestra da Educação Municipal Maestro Clóvis Pereira, do componente curricular CCM (Cultura, Corpo e Movimento), das Bandas Marciais do Município e das oficinas das demais linguagens da arte, no âmbito da Secretaria de Educação e Esportes do Município de Caruaru, conforme especificações e quantitativos definidos no presente Termo de Referência, em consonância com a Lei 14.133/2021 e com o Decreto Municipal nº 035, de 14 de março de 2024

1.2. A Descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar - ETP, parte integrante deste Termo de Referência

2. DAS JUSTIFICATIVAS

2.1. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de atender às demandas pedagógicas decorrentes das atividades artístico-culturais desenvolvidas no âmbito da Secretaria de Educação e Esportes – SEDUC, especialmente aquelas vinculadas à Gerência de Arte Educação, à Orquestra da Educação Municipal Maestro Clóvis Pereira, ao componente curricular Cultura, Corpo e Movimento – CCM, às Bandas Marciais escolares e às oficinas das demais linguagens da arte ofertadas nas unidades educacionais da rede municipal de ensino.

2.1.2. As práticas artísticas no ambiente escolar desempenham papel fundamental no desenvolvimento cognitivo, criativo, cultural, afetivo, socioemocional e físico dos estudantes, contribuindo para a promoção da diversidade cultural, o fortalecimento da identidade individual e coletiva, o estímulo à criatividade, o desenvolvimento de habilidades sociais e colaborativas, bem como para o aprimoramento do pensamento crítico. Além disso, tais práticas favorecem a aprendizagem interdisciplinar, ampliam o engajamento dos alunos no ambiente escolar e impactam positivamente indicadores educacionais, como desempenho acadêmico, frequência e permanência na escola.

2.1.3. Destaca-se a consolidação do **Projeto Arte Educação**, presente em mais de uma centena de unidades escolares da rede municipal, desenvolvido em todas as modalidades de ensino – Educação Infantil, Anos Iniciais, Anos Finais, Educação em Tempo Integral e Educação de Jovens e Adultos. O projeto contempla oficinas e atividades nas áreas de música, teatro, dança, capoeira, literatura de cordel, audiovisual, entre outras expressões artísticas. Destaque-se, ainda, o caráter inclusivo do projeto, que atende número significativo de estudantes com necessidades educacionais específicas, promovendo socialização, participação efetiva e equidade no acesso às práticas culturais.

2.1.4. A execução qualificada dessas ações depende diretamente da disponibilidade de instrumentos musicais, equipamentos específicos e materiais para manutenção

dos instrumentos já existentes no acervo da SEDUC, adequados às diferentes linguagens artísticas e corporais desenvolvidas. Todavia, verificou-se que o acervo atualmente disponível é insuficiente para atender, de forma adequada e contínua, às demandas pedagógicas decorrentes da ampliação dos projetos, apresentando ainda desgaste natural em razão do uso prolongado.

2.1.5. Dessa forma, a aquisição torna-se necessária e imprescindível para assegurar condições adequadas para a continuidade, melhoria e ampliação das atividades desenvolvidas, a efetividade das políticas educacionais voltadas à formação integral dos estudantes, em observância às diretrizes educacionais vigentes, aos princípios da eficiência, do interesse público e da adequada prestação do serviço educacional, em consonância com os preceitos da Constituição Federal, da Lei nº 9.394/1996 (LDB) e da Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

2.1.6. Destaca-se por fim, que a descrição e toda justificativa pormenorizada para referida aquisição encontra-se disposta no **(Tópico 02)** do Estudo Técnico Preliminar que subsidia sua formalização, tendo como fulcro o evidenciamento da necessidade a ser resolvida, apontando a melhor solução para a administração pública, considerando ainda, a viabilidade técnica e econômica da contratação.

2.2. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO

2.2.1. O quantitativo estimado de instrumentos musicais, equipamentos e materiais para manutenção dos instrumentos existentes foi definido com base no levantamento técnico realizado pela Gerência de Arte Educação, considerando o número de unidades escolares atendidas, a quantidade de arte educadores atuantes na rede municipal de ensino, a necessidade de utilização simultânea dos materiais nas atividades pedagógicas desenvolvidas e a diversidade de práticas contempladas, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar.

2.2.2. A justificativa para o quantitativo necessário ao atendimento da necessidade pública encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (item 7 do ETP) e no item 3.8 deste Termo de Referência, não representando obrigação de aquisição integral, especialmente em razão da adoção do Sistema de Registro de Preços, o que possibilita o atendimento das demandas de forma gradual, conforme a efetiva necessidade da Administração, assegurando economicidade, eficiência e adequado planejamento.

2.3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

2.3.1. A escolha da solução de aquisição de instrumentos musicais, equipamentos e materiais para manutenção dos instrumentos existentes decorre da análise das necessidades da SEDUC e da identificação do instrumento mais eficaz para o atendimento das demandas pedagógicas identificadas, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar.

2.3.2. Diante da necessidade perene, a opção pelo Registro de Preços emerge como uma abordagem estratégica e eficiente, estando em consonância com as orientações dispostas na Lei 14.133/2021, senão vejamos:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

II - **Processamento por meio de sistema de registro de preços**, quando pertinente;

2.3.3. Pela leitura da nova legislação, nota-se que, sempre que possível, as compras realizadas pela Administração Pública serão realizadas pelo procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços. Outrossim, a Lei 14.133/2021 passou a valorizar a matéria, dando destaque específico a sua conceituação no inciso XLV, do art. 6º, conforme abaixo:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XLV - sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras;

2.3.4. Salienta-se ainda que a Lei 14.133/2021 foi categórica ao classificar o Sistema de Registro de Preços como espécie de procedimento auxiliar. Essa consolidação legal ocorre de forma específica no Capítulo X, mais precisamente nos artigos 78 e seguintes, ressaltando a importância estratégica que o SRP detém no contexto dos procedimentos licitatórios.

2.3.5. Conforme art. 4º do Decreto Municipal nº 035, de 14 de março de 2024, o SRP será utilizado quando:

Art. 4º O Sistema de Registro de Preços (SRP) será adotado, em especial, quando:

I - Considerando-se as características do objeto, houver a necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - For conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou a contratação de serviços remunerados por unidade de medida, por quantidade de horas de serviço ou em regime de tarefa;

III - Houver a intenção de atender a mais de um órgão ou entidade da Administração Municipal, ou a programas de governo diversos, inclusive por meio das compras centralizadas;

IV - Pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo que será demandado pela Administração Municipal.

2.3.6. Considerando a necessidade de aquisição de instrumentos musicais, equipamentos e materiais destinados à manutenção dos já existentes, justifica-se a adoção do Sistema de Registro de Preços. Este modelo permite a contratação conforme a efetiva necessidade da Administração, evitando aquisições em excesso, otimizando o uso de recursos públicos e assegurando maior agilidade na contratação sempre que houver demanda. Essa abordagem também está alinhada aos princípios da administração pública, como eficiência, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável.

2.4. JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS (IRP)

2.4.1. A Intenção de Registro de Preços (IRP) tem como finalidade possibilitar à Administração a divulgação de sua intenção de realizar licitação na modalidade pregão, pelo sistema de registro de preços, permitindo a participação de outros órgãos ou entidades interessadas no mesmo objeto, promovendo a otimização de recursos por meio da economia de escala.

2.4.2. Contudo, nos termos do §1º do art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e do §4º do art.

15 do Decreto Municipal nº 035/2024, admite-se a dispensa da IRP nas hipóteses em que o órgão gerenciador figure como único contratante ou quando o atendimento à demanda for incompatível com a tramitação do referido procedimento.

2.4.3. No caso em análise, o objeto licitado possui caráter de interesse exclusivo deste órgão, voltado ao atendimento de necessidades específicas que não se estendem a outros órgãos ou entidades. Ademais, a urgência na satisfação da demanda inviabiliza a tramitação da IRP, uma vez que tal procedimento, ao admitir a manifestação de interesse de outros órgãos, poderia acarretar atrasos significativos na conclusão do processo licitatório, além de demandar maior esforço e recursos para o gerenciamento da futura Ata de Registro de Preços.

2.4.4. Assim, a dispensa da IRP justifica-se por razões de eficiência, economicidade e celeridade na condução do certame, assegurando que o atendimento das necessidades do órgão gerenciador se dê de forma tempestiva e compatível com as peculiaridades do objeto.

2.4.5. Nada impede a posterior adesão a Ata de Registro de Preços, nos termos do Decreto Municipal nº 035/2024, em seu artigo 17, inciso IV.

3. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO, DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. A presente contratação visa à aquisição de instrumentos musicais, equipamentos e materiais destinados à manutenção de atividades e programas desenvolvidos pela Gerência de Arte Educação, classificados como **bens comuns**, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, cujas especificações podem ser descritas de forma clara e objetiva, permitindo a adoção da modalidade **PREGÃO** em sua forma **ELETRÔNICO**, conforme art. 28, inciso I da referida lei, mediante o Sistema de Registro de Preços (SRP).

3.2. Os objetos desta contratação não se enquadram como bens de luxo, conforme Decreto nº 065, de 29 de Agosto de 2023.

3.3. O critério de julgamento será pelo **MENOR PREÇO POR ITEM.**, com julgamento unitário, permitindo que um número maior de interessados participe da disputa, o que, em decorrência, aumenta a competitividade e viabiliza a obtenção de melhores propostas.

3.4. A contratação será estruturada com entregas parceladas, de acordo com as necessidades específicas da Secretaria de Educação e Esportes e em consonância com o calendário letivo e pedagógico ao longo do ano.

3.5. O modo de disputa será o **ABERTO**, com lances públicos e sucessivos, permitindo ampla competitividade e assegurando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

3.6. A combinação entre a modalidade Pregão Eletrônico, o critério de julgamento Menor Preço por Item e o modo de disputa Aberto descritos neste Termo de Referência se mostram adequadas e eficientes para seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, em conformidade com o Estudo Técnico Preliminar.

3.7. Com o objetivo de suprir as necessidades administrativas, a empresa a ser contratada deverá atender às especificações técnicas contidas no ETP, neste documento, no edital e seus anexos.

3.8. Os instrumentos musicais, equipamentos e materiais para manutenção dos instrumentos existentes a serem adquiridos deverão atender às seguintes especificações mínimas e quantitativos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	UND	QUANT.
1	Clarinete em Bb, sistema Boehm, confeccionado em resina ABS ou material equivalente, com chaves metálicas, acompanhado de estojo, adequado para uso educacional coletivo e formação orquestral, ou equivalente	UND	3
2	Clarone (clarinete baixo em Bb), confeccionado em resina ou material equivalente, com sistema de chaves metálicas e apoio de suporte, acompanhado de estojo, adequado para uso educacional e formação orquestral, ou equivalente.	UND	1
3	Flautim (piccolo), afinação em C, confeccionado em metal ou resina, com sistema de chaves metálicas, acompanhado de estojo, indicado para práticas orquestrais e uso pedagógico coletivo, ou equivalente.	UND	1
4	Fagote, afinação em Bb, confeccionado em madeira ou resina, com sistema de chaves metálicas, acompanhado de estojo, indicado para práticas orquestrais e formação musical coletiva, ou equivalente.	UND	4
5	Contrafagote, afinação em Bb, confeccionado em madeira ou material equivalente, com sistema de chaves metálicas, acompanhado de estojo, indicado para uso orquestral e formação musical avançada, ou equivalente.	UND	1
6	Requinta (clarinete em Eb), sistema Boehm, confeccionada em resina ou material equivalente, com chaves metálicas, acompanhada de estojo, indicada para práticas orquestrais e uso pedagógico coletivo, ou equivalente.	UND	1
7	Oboé, afinação em C, confeccionado em madeira ou resina, com sistema de chaves metálicas, acompanhado de estojo, adequado para uso educacional e práticas orquestrais, ou equivalente.	UND	3
8	Corne-inglês, afinação em F, confeccionado em madeira ou resina, com sistema de chaves metálicas, acompanhado de estojo, indicado para práticas orquestrais e formação musical coletiva, ou equivalente.	UND	1
9	Flauta transversal em C, confeccionada em metal ou material equivalente, com chaves metálicas, acompanhada de estojo, adequada para uso educacional e práticas orquestrais, ou equivalente.	UND	3
10	Trompete em Bb, acabamento laqueado, pistos em aço inoxidável ou material equivalente, acompanhado de bocal e estojo, indicado para uso educacional coletivo e práticas orquestrais, ou equivalente	UND	5
11	Trombone tenor com rotor, acabamento laqueado, com sistema de válvula adicional, acompanhado de estojo, indicado para uso educacional e práticas orquestrais coletivas, ou equivalente.	UND	4
12	Trombone baixo, acabamento laqueado, com sistema de válvulas, acompanhado de estojo, adequado para uso educacional e formação orquestral, ou equivalente.	UND	1
13	Tuba, afinação em Bb ou C conforme o modelo, acabamento laqueado, com sistema de válvulas, acompanhada de estojo, indicada para práticas orquestrais e uso pedagógico coletivo, ou equivalente.	UND	2
14	Trompa em F, acabamento laqueado, com sistema de válvulas rotativas, acompanhada de estojo, adequada para uso educacional e práticas orquestrais, ou equivalente.	UND	6
15	Euphonium, afinação em Bb, acabamento laqueado, com sistema de válvulas, acompanhado de estojo, indicado para uso educacional coletivo e formação orquestral, ou equivalente.	UND	1
16	Violino acústico, tamanho padrão, confeccionado em madeira, com acabamento envernizado, acompanhado de arco e estojo, adequado para uso educacional coletivo e práticas orquestrais, ou equivalente.	UND	65

17	Viola acústica, confeccionada em madeira, com acabamento envernizado, acompanhada de arco e estojo, indicada para uso pedagógico coletivo e formação orquestral, ou equivalente.	UND	8
18	Violoncelo acústico, confeccionado em madeira, com espigão ajustável, acompanhado de arco e estojo, adequado para uso educacional e práticas orquestrais coletivas, ou equivalente.	UND	8
19	Contrabaixo acústico, confeccionado em madeira, com espigão regulável, acompanhado de arco e estojo, indicado para uso pedagógico coletivo e formação orquestral, ou equivalente.	UND	6
20	Harpa, instrumento de cordas, com estrutura em madeira ou material equivalente, indicada para práticas orquestrais e atividades formativas coletivas, ou equivalente.	UND	2
21	Conjunto de tímpanos orquestrais, composto por quatro unidades, com caldeiras em metal ou fibra e sistema de afinação por pedal, acompanhado de acessórios básicos, indicado para uso pedagógico e práticas orquestrais, ou equivalente.	CONJUNTO	2
22	Marimba, instrumento de percussão melódica, com teclas em madeira ou material sintético, estrutura com suporte, adequada para uso educacional e práticas orquestrais, ou equivalente	UNID	1
23	Xilofone, instrumento de percussão melódica, com teclas em madeira ou material sintético, com suporte, indicado para uso educacional e práticas orquestrais, ou equivalente.	UND	1
24	Bumbo sinfônico, com casco em madeira ou material equivalente, acompanhado de suporte e baquetas, indicado para uso educacional e práticas orquestrais, ou equivalente.	UND	1
25	Metalofone, instrumento de percussão melódica, com lâminas em metal e estrutura com suporte, adequado para uso educacional e práticas orquestrais, ou equivalente.	UND	1
26	Bateria acústica completa, composta por tambores, pratos e ferragens, indicada para uso educacional, práticas orquestrais e formações complementares, ou equivalente.	UND	1
27	Campana orquestral (sinos tubulares), confeccionada em metal, com estrutura de suporte, indicada para uso educacional e práticas orquestrais, ou equivalente.	UND	1
28	Conjunto de saxofones composto por 4 altos, 3 tenores e 1 barítono, totalizando 8 instrumentos. Saxofone (alto, tenor e barítono), afinação em Eb ou Bb conforme o modelo, acabamento laqueado, chaves em metal resistente, acompanhado de estojo e acessórios, adequado para uso educacional coletivo e práticas orquestrais, ou equivalente.	conjunto	1
29	Pasta para partitura musical, tamanho A4, confeccionada em material resistente (polipropileno ou similar), com no mínimo 100 envelopes plásticos internos transparentes, adequada para uso pedagógico coletivo, ou equivalente.	UND	400
30	Estante para partitura musical, estrutura metálica resistente, regulável em altura, base tripé dobrável, apoio articulado para folhas, pintura eletrostática ou equivalente, adequada para uso educacional coletivo.	UND	200
31	Talabarte de couro de dois ganchos Nylon preto, 2 ganchos fechados, Tamanho total: de 85 cm a 1,50m, Largura: 4,8cm, Peso: 70g	UND	500
32	Jogo de cordas para violão em nylon.	UND	300
33	Violão acústico, com cordas de nylon, tampo em madeira ou material equivalente, braço com escala adequada ao uso educacional, tarraxas metálicas, acabamento resistente, indicado para uso pedagógico coletivo em ambiente escolar, ou equivalente.	UND	100
34	Pandeiro, confeccionado em madeira ou material sintético, com platinelas metálicas e pele sintética ou natural, indicado para uso pedagógico coletivo em aulas de Arte Educação, ou equivalente.	UND	200
35	Tamborim, confeccionado em madeira ou material sintético, com pele sintética, indicado para uso pedagógico coletivo em atividades rítmicas	UND	100

	escolares, ou equivalente 12".		
36	Agogô, confeccionado em metal, com duas campanas de alturas sonoras distintas, acompanhado de batedor, indicado para uso pedagógico coletivo em aulas de musicalização, ou equivalente	UND	80
37	Reco-reco, confeccionado em madeira, metal ou material sintético, indicado para uso pedagógico coletivo em atividades rítmicas e de musicalização, ou equivalente.	UND	80
38	Surdo, confeccionado em madeira ou material sintético, com pele sintética ou natural, indicado para uso pedagógico coletivo em práticas rítmicas e musicais escolares, ou equivalente.	UND	50
39	Triângulo, confeccionado em aço, acompanhado de batedor, indicado para uso pedagógico coletivo em atividades rítmicas e musicais, ou equivalente.	UND	80
40	Xequerê, confeccionado em cabaça ou material sintético, revestido com rede de contas ou sementes, indicado para uso pedagógico coletivo em práticas de musicalização e cultura popular, ou equivalente.	UND	80
41	Timbales, conjunto composto por dois tambores metálicos com suporte, indicado para uso pedagógico coletivo em práticas rítmicas e musicais, ou equivalente.	UND	80
42	Zabumba, confeccionada em madeira ou material sintético, com peles sintéticas ou naturais, indicada para uso pedagógico coletivo em práticas rítmicas escolares, ou equivalente.	UND	20
43	Ganzá, confeccionado em metal ou material sintético, com enchimento interno sonoro, indicado para uso pedagógico coletivo em atividades rítmicas e de musicalização, ou equivalente.	UND	100
44	Quadritom para banda marcial, composto por quatro tambores afináveis, montados em suporte único, com estrutura metálica resistente, destinado à execução rítmica em formações de banda, fanfarra e grupos percussivos escolares.	UND	20
45	Escaleta, instrumento melódico de sopro, com teclas em material sintético, acompanhada de bocal ou mangueira, indicada para uso pedagógico coletivo em aulas de musicalização, ou equivalente.	UND	150
46	Flauta doce, indicada para uso pedagógico coletivo em aulas de musicalização e iniciação instrumental, ou equivalente.	UND	150
47	Bumbo marcial, confeccionado em madeira ou material sintético, com peles sintéticas, indicado para uso pedagógico coletivo em bandas marciais escolares, ou equivalente.	UND	50
48	Caixa marcial, confeccionada em madeira ou material sintético, com esteira metálica, indicada para uso pedagógico coletivo em bandas marciais escolares, ou equivalente	UND	50
49	Tarol, confeccionado em madeira ou material sintético, com esteira metálica, indicado para uso pedagógico coletivo em bandas marciais escolares, ou equivalente.	UND	50
50	Surdo marcial, confeccionado em madeira ou material sintético, com peles sintéticas, indicado para uso pedagógico coletivo em bandas marciais escolares, ou equivalente.	UND	50
51	Repique, confeccionado em madeira ou material sintético, com pele sintética, indicado para uso pedagógico coletivo em bandas marciais escolares, ou equivalente.	UND	50
52	Par de pratos 16' Liga de bronze B8 Acabamento polido natural Correias em couro Discos protetores de mãos em feltro	PAR	20
53	Kit de bandinha rítmica contendo: tambor, pandeiro pequeno, reco-reco, maracas, guizos e triângulo.	KIT	35
54	Pele leitosa de batida- aro 10	UND	30
55	Pele de resposta- aro 10	UND	30
56	Pele leitosa de batida- aro 12	UND	50
57	Pele de resposta- aro 12	UND	50
58	Pele leitosa de batida- aro 13	UND	200
59	Pele de resposta- aro 13	UND	200
60	Pele leitosa de batida- aro 14	UND	200

61	Pele de resposta- aro 14	UND	200
62	Pele leitosa de batida- aro 16	UND	80
63	Pele de resposta- aro 16	UND	80
64	Pele leitosa de batida- aro 18	UND	80
65	Pele de resposta- aro 18	UND	80
66	Pele leitosa de batida- aro 20	UND	15
67	Pele de resposta - aro 20	UND	15
68	Pele leitosa de batida- aro 22	UND	15
69	Pele de resposta- aro 22	UND	15
70	Baqueta para caixa	PAR	500
71	Baqueta para atabaque	PAR	500
72	Baqueta para surdo	PAR	400
73	Baqueta para alfaia	PAR	400
74	Tatame - Medida: 1m x 1m - Espessura: 40mm - Absorção de Impacto: Alta - Bordas: 3 bordas grátis em cada peça - Composição: EVA - Peso: 4Kg (Cada placa)	UND	200
75	Sombrinha de frevo	UND	100
76	abadás para capoeira, confeccionado em malha, cor branca, com elástico e cordão ajustável na cintura, adequado para prática corporal.	UND	100
77	Berimbau- confeccionado em madeira tipo biriba ou similar, com verga resistente e flexível, acompanhado de cabaça natural (resonador), arame de aço, baqueta, caxixi e dobrão ou pedra. Instrumento tradicional utilizado na prática da capoeira, adequado para atividades pedagógicas e apresentações culturais.	UND	25

3.9. O preço apresentado deverá integrar a incidência de todos os custos de impostos, fretes, seguros, taxas e encargos sociais não sendo a Administração responsável por quaisquer despesas decorrentes do fornecimento do objeto contratado.

3.10. O produto ofertado deverá ser acondicionado conforme praxe do fabricante, garantindo sua integridade até o uso. Rotulado conforme legislação em vigor, contemplando a descrição técnica do material. E deverá atender aos dispositivos da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as demais legislações pertinentes.

3.11. Os quantitativos foram estabelecidos conforme levantamento minucioso contido em Estudo Técnico Preliminar- ETP, na fase de planejamento, a qual está anexo ao presente Termo de Referência.

4. DAS INFORMAÇÕES SOBRE OS PRODUTOS

4.1. A secretaria demandante poderá solicitar às empresas participantes do certame informações adicionais para esclarecer dúvidas e subsidiar as decisões relacionadas ao julgamento, considerando as propostas de preços apresentadas.

5. DA PREVISÃO DA VEDAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

5.1. De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto.

5.2. Nesse sentido, o Acórdão nº 1.240/2008 – Plenário do TCU:

A regra, no procedimento licitatório, é a participação de empresas individualmente em disputa umas com as outras, permitindo-se a união de esforços quando questões de alta complexidade e de relevante vulto impeçam a participação isolada de empresas com condições de, sozinhas, atenderem todos os requisitos de habilitação exigidos no edital, casos em que a participação em consórcio ampliaria o leque de concorrentes. A lei deixa à discricionariedade administrativa a decisão de permitir a participação no certame de empresas em consórcio, porém ao permitir a Administração deverá observar as disposições contidas no Art. 33, lei 8.666/93, não podendo estabelecer condições não previstas expressamente na Lei, mormente quando restritivas ao caráter competitivo da licitação (grifo nosso).

5.3. No mesmo sentido também se pode citar o Acórdão nº 2.831/2012 – Plenário do TCU:

A jurisprudência deste Tribunal já se firmou no sentido de que a admissão ou não de consórcio de empresas em licitações e contratações é competência discricionária do administrador, devendo este exercê-la sempre mediante justificativa fundamentada. Não obstante a participação de consórcio seja recomendada sempre que o objeto seja considerado de alta complexidade ou vulto, tal alternativa também não é obrigatória. **Devem ser consideradas as circunstâncias concretas que indiquem se o objeto apresenta vulto ou complexidade que torne restrito o universo de possíveis licitantes. Somente nessa hipótese, fica o administrador obrigado a autorizar a participação de consórcio de empresas no certame, com o intuito precípuo de ampliar a competitividade e proporcionar a obtenção da proposta mais vantajosa.**

5.4. Além disso, no caso vertente, não se faz presente a premissa da complexidade e do grande vulto do objeto, uma vez que se trata de contratação de baixa complexidade operacional, também não está presente o grande vulto da contratação, pois não há riscos financeiros consideráveis na aquisição pretendida.

5.5. Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é a medida que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade, estando justificada a vedação da participação de empresas em consórcio, conforme orientação dos Acórdãos TCU

6. DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E DA NECESSIDADE DE CATÁLOGO

6.1 Com o objetivo de suprir as necessidades educacionais desenvolvida por programas da Secretaria de Educação de Caruaru-SEDUC, a empresa a ser contratada deverá atender às especificações técnicas contidas no ETP, neste documento, edital e seu anexos.

6.2 Os objetos deverão ser entregues livres de qualquer ônus, como despesas de fretes, impostos, seguros e todas as demais despesas necessárias.

6.3. As propostas deverão ser elaboradas conforme as especificações e quantitativos contidas no item 3.8 do presente termo de referência:

6.4. Os quantitativos especificados são mero dimensionamento da demanda, não obrigando a contratação mínima ou total para nenhum dos itens.

6.5. Os itens deverão ser entregues estando livres de quaisquer ônus ou avarias, acondicionados, quando assim for, conforme praxe do fabricante, garantindo a integridade do uso. Rotulando-os conforme legislação em vigor, contemplando a descrição técnica do material. E também deverá atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e demais legislações que possam ser aplicadas ao caso concreto.

6.6. O preço proposto deverá incluir todos os custos envolvidos na aquisição, tais como impostos, fretes, seguros, taxas e quaisquer outros encargos incidentes sobre o objeto licitado.

6.7. Após a adjudicação, os produtos ofertados não poderão ser substituídos por itens de marcas diferentes, exceto em casos de produtos comprovadamente similares ou superiores em qualidade, desde que haja justificativa por escrito, devidamente fundamentada e aceita pela Secretaria Gestora da ARP/Contrato, desde que tal substituição represente vantagem para a Administração.

6.8. Ao apresentar sua proposta, a licitante deverá observar os valores máximos unitários e totais de referência, conforme mapa de preços elaborado pela Gerência de Compras e Cotações da Secretaria de Administração de Caruaru, anexo a este Termo de Referência.

6.9. Para comprovar o atendimento aos requisitos técnicos dos produtos a serem adquiridos, serão exigidos dos licitantes vencedores a apresentação de catálogo/folder/prospecto, emitido pela fabricante dos produtos, em língua portuguesa;

6.9.1. A adoção do catálogo, além de garantir **segurança jurídica e transparência** no processo licitatório, reduz a margem de subjetividade na avaliação das propostas, facilita a fase de amostras, permite melhor fiscalização contratual e assegura que os materiais entregues correspondam exatamente ao que foi especificado. Trata-se, portanto, de medida imprescindível para assegurar a plena execução do objeto, em consonância com os princípios da **eficiência, economicidade, padronização e interesse público** previstos na Lei nº 14.133/2021.

6.10. Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas. Observado o que se segue: A licitante que não apresentar o catálogo do objeto no momento da apresentação da proposta, conforme discriminação constante neste Termo de referência será desclassificada do certame, e será convocado o segundo colocado, e assim sucessivamente, até que a o catálogo anexado atenda às especificações constantes no presente Termo de Referência e no Edital.

6.11. A licitante que entregar produtos diferentes daqueles apresentados no catálogo incorrerá nas sanções previstas na lei 14.133/21, independente da obrigatoriedade de substituição dos produtos no prazo estabelecido neste Termo de referência.

6.12. O produto ofertado deverá ser acondicionado conforme praxe do fabricante, garantindo sua integridade até o uso. Rotulado conforme legislação em vigor. O produto ofertado deverá atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislação

6.13. Após a adjudicação, nenhum dos produtos/serviços oferecidos poderá ser substituído por outros de outras marcas/especificações, salvo por produtos de qualidade comprovadamente superiores e mediante justificativa por escrito devidamente fundamentada e aceita pelo Município de Caruaru, também de forma expressa.

6.14. A licitante que entregar produtos diferentes daqueles apresentados no catálogo incorrerá nas sanções previstas na lei 14.133/21, independente da obrigatoriedade de substituição dos produtos no prazo estabelecido neste Termo de referência.

6.15. DA POSSIBILIDADE DE SOLICITAÇÃO DE AMOSTRAS

6.15.1 Em razão das especificidades do objeto, **PODERÁ SER SOLICITADA**, a critério da área técnica, a apresentação de amostras pela licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, como medida de verificação prévia da compatibilidade entre o produto ofertado e as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

6.15.2 A solicitação de amostras constitui instrumento de mitigação de riscos contratuais, garantindo que os itens fornecidos atendam aos padrões mínimos de segurança, durabilidade, acabamento e qualidade, preservando o interesse público e a adequada execução contratual.

6.15.3. A metodologia será adotada como medida de verificação prévia da compatibilidade entre o produto ofertado e as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e seus anexos, garantindo que os materiais fornecidos atendam aos padrões de **segurança, durabilidade, funcionalidade e qualidade**, assegurando o interesse público e a plena execução do objeto contratual.

6.15.4. Essa exigência encontra respaldo no princípio da eficiência, previsto no art. 37 da Constituição Federal, bem como em precedentes do Tribunal de Contas da União, que admitem a solicitação de amostras como instrumento legítimo de aferição técnica, desde que prevista em edital e fundamentada, não configurando restrição à competitividade.

6.15.5. Quando solicitadas, as amostras deverão ser apresentadas pela licitante classificada em primeiro lugar no respectivo item, no prazo e condições definidos neste Termo de Referência e no edital.

6.15.6. As amostras deverão ser entregues na Gerência de Artes, situada na Rua Cícero José Dutra, SN, Bairro Petrópolis, Caruaru/PE, CEP: 55030-240, telefone: (81) 3101-0014 (antigo prédio da FAFICA), no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados da data do recebimento da solicitação.

6.15.7. Todas as amostras deverão estar devidamente identificadas com:

- a) Número e descrição do item ao qual se referem;
- b) Razão social, CNPJ, endereço completo e telefone da empresa;
- c) Nome completo e contato do representante legal.

6.15.8. A avaliação das amostras observará, de acordo com a natureza de cada item previsto neste Termo de Referência, as seguintes características:

- a) **Qualidade dos materiais:** verificação da composição, resistência, acabamento e conformidade com as especificações técnicas exigidas;
- b) **Durabilidade e resistência ao uso contínuo:** capacidade do item suportar manuseio frequente e condições típicas do ambiente escolar;
- c) **Acabamento e construção:** ausência de falhas, imperfeições, rebarbas ou defeitos de fabricação que comprometam a utilização;
- d) **Funcionalidade e desempenho:** adequação do item à sua finalidade pedagógica, incluindo, no caso de instrumentos musicais, aspectos como afinação, resposta sonora, ergonomia e facilidade de uso;
- e) **Segurança:** inexistência de riscos aos usuários, tais como bordas cortantes, materiais inadequados ou estruturas instáveis;
- f) **Conformidade com o catálogo apresentado:** compatibilidade entre a amostra, a proposta e a documentação técnica apresentada pela licitante.

6.15.9. A análise será realizada por comissão técnica designada pela SEDUC, de forma objetiva e imparcial, fundamentada em critérios previamente definidos. O resultado será formalizado em **parecer técnico motivado**, que indicará expressamente a aprovação ou reprovação da amostra.

6.15.10. O parecer técnico será emitido em até **02 (dois) dias úteis** após o recebimento das amostras. Durante a análise, poderão ser solicitados esclarecimentos ou complementações, devendo a empresa atender no prazo estabelecido pela área técnica.

6.15.11. Todos os custos com a confecção, envio e substituição de amostras serão de responsabilidade exclusiva da licitante.

6.15.12. Os materiais apresentados como amostras poderão ser abertos, manuseados e testados para análise da qualidade, das especificações técnicas e do atendimento ao que é exigido neste Termo ou no Edital. E serão disponibilizados para devolução após a emissão do parecer técnico.

6.15.13. Caso a licitante não compareça para recolher o produto disponibilizado para a amostra no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a respectiva notificação, a PMC poderá dar o destino que melhor lhe aprouver ao respectivo produto.

6.15.14. A licitante que entregar produtos diferentes daqueles apresentados sob a forma de amostras incorrerá nas sanções previstas na lei 14.133/21, independente da obrigatoriedade de substituição dos produtos no prazo estabelecido neste Termo de Referência.

7. VALOR REFERENCIAL DA CONTRATAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

7.1 Valor Referencial

7.1.1. O valor estimado para aquisição dos bens está consolidado no Mapa Comparativo de Preços, elaborado pela Gerência de Compras e Cotações da Secretaria de Administração (SAD), o qual integra o presente Termo de Referência como anexo.

7.1.2. O valor estimado constitui-se em mera previsão dimensionada, não estando a Prefeitura obrigada a realizá-la em sua totalidade, não cabendo à Contratada o direito de pleitear qualquer tipo de reparação. Portanto, a Prefeitura se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a verba prevista.

7.1.3. Os valores unitários estabelecidos no Mapa Comparativo de Preços são considerados valores de referência para fins de julgamento de proposta de preços deste processo licitatório, de modo que não serão aceitos/homologados valores unitários superiores aos respectivos valores estabelecidos no Mapa de Preços estimado.

7.1.4. Os custos com transporte, carga e a descarga dos materiais correrão por conta do(s) licitante(s) vencedor(es), devendo constar na proposta, sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente a Prefeitura.

7.2. Forma de Pagamento

7.2.1. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, em até 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da liquidação da despesa no sistema contábil, atendendo ao disposto no art. 16 do Decreto Municipal nº 112, de 26 de dezembro de 2024, desde que mantidas as condições iniciais de habilitação e não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido à adjudicatária.

7.2.2. Os pagamentos serão efetuados integralmente, em correspondência com os produtos efetivamente fornecidos no mês anterior ao do pagamento;

7.2.3. A nota fiscal devidamente atestada deverá ser apresentada na Gerência Financeira da SEDUC, situada na Rua Cícero José Dutra, SN, Bairro Petrópolis, Caruaru/PE, CEP: 55030-240.

7.2.4. Por ocasião do pagamento a contratada deverá apresentar ainda:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- d) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada.

7.2.5. O pagamento será realizado, após a apresentação pela Contratada da nota fiscal devidamente preenchida e indicação do banco, agência e conta bancária da empresa que receberá o valor do objeto.

7.2.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7.2.7. Nenhum pagamento será efetuado à adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

7.2.8. A nota fiscal que for apresentada com erro, ou observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, será devolvida à contratada para correção e nesse caso, o prazo previsto no sub-item 7.2.1 será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

7.2.9. Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à contratada não gerarão direito a qualquer atualização.

7.2.10. A adjudicatária não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ/MF diverso do registrado no Contrato.

7.3. Reajuste de Preços

7.3.1. Não será concedido reajuste ou correção monetária ao valor do contrato, exceto quando, após o período de 12 (doze) meses iniciais, houver prorrogação contratual, hipótese na qual os preços poderão ser reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apurado desde a data do orçamento estimado, em consonância com o artigo 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

7.3.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

7.3.3. Em conformidade com o Acórdão nº 1894/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE), o pedido de reajuste deverá ser formalmente requerido pela Contratada antes da assinatura do termo aditivo de prorrogação da vigência do contrato, acompanhado da documentação necessária para a análise do pleito.

7.3.4. A aceitação da prorrogação contratual sem a formalização do reajuste ou a ausência de requerimento tempestivo implicará na preclusão do direito ao reajuste referente ao período prorrogado, não sendo admitidas solicitações retroativas.

7.4. Fica assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, mediante a superveniência de fato imprevisível nos termos e forma estabelecida no artigo 124, I, d, da Lei 14.133/2021, mediante provocação da contratada, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documento(s).

7.5. Deverão estar inclusos nos preços apresentados todos os gastos do frete, embalagem e todos e quaisquer tributos, sejam eles sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou de qualquer outra natureza resultantes da execução do contrato.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. O objeto do presente Termo será executado/fornecido de forma **PARCELADA**, conforme justificativa no ETP, mediante Ordens de Fornecimentos emitidas pela Secretaria de Educação e Esportes, a qual será enviada por meio eletrônico.

8.2. Os itens deverão ser entregues, no local, dia e horário estabelecidos, conforme abaixo:

* **Dias e horário de entrega:** Segunda a sexta-feira das 8h00 às 13h00:

ÓRGÃO/ENTIDADE	ENDEREÇO
SEDUC	Rua Cícero José Dutra, SN, Bairro Petrópolis, Caruaru/PE, CEP: 55030-240, telefone: (81) 3101-0014 (antigo prédio da FAFICA), na Gerência de Artes.

8.3. O prazo de entrega será de **15 (quinze) dias úteis** a contar da data da Ordem de Fornecimento realizada pelo órgão/entidade demandante, podendo ser prorrogado por até mais 5 (cinco) dias úteis, justificadamente, à critério do órgão/entidade demandante.

8.4. Os materiais serão recebidos somente por pessoa credenciada pela PMC, a qual procederá à conferência com base na Ordem de Fornecimento escrita e assinada pelo responsável pelo Departamento de Compras do órgão/entidade demandante.

8.5. Os objetos serão recebidos da seguinte forma:

a) **PROVISORIAMENTE** – Os bens serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, proposta e no contrato.

b) **DEFINITIVAMENTE** – Em até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento provisório; mediante “ATESTO” na nota fiscal/fatura; após, a comprovada adequação aos termos da proposta e do contrato, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

8.6. Aplicam-se aos recebimentos provisórios e definitivos, as demais condições estabelecidas no artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/21.

8.7. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, quantidades e exigências constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação à Contratada, às suas custas, sem prejuízo à aplicação de penalidades.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.9. São de responsabilidade do fornecedor os padrões adequados de segurança e qualidade, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da execução dos serviços.

8.10. Os bens serão recebidos de modo imediato e definitivo, sendo de responsabilidade do fornecedor beneficiário os padrões adequados de segurança e qualidade, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, que estejam em desconformidade com as especificações no Termo de Referência, quando da utilização dos mesmos.

8.11. O produto ofertado deverá ser acondicionado conforme praxe do fabricante, garantindo sua total integridade até o uso. Rotulado conforme legislação vigente. O

produto ofertado deverá atender aos dispositivos da lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações vigentes.

8.12. Só serão recebidos materiais cujas marcas confirmem com aquelas constantes das Propostas de Preços. Será facultado a SEDUC, a seu critério, aceitar outras marcas, desde que isso represente vantagem para a Administração.

8.13. Os produtos definidos neste Termo de Referência deverão ser novos e originais, livres de defeitos, imperfeições e outros vícios, em embalagens originais dos fabricantes, adequadas para proteger seu conteúdo contra danos durante o transporte até o local de entrega.

9. DO CONTROLE DE EXECUÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DO CONTROLE DA EXECUÇÃO.

9.1. DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

9.1. O prazo de vigência da ARP será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme estabelece o art. 84. da Lei 14.133/21.

9.2. Conforme previsto no Estudo Técnico Preliminar, em razão da natureza recorrente da demanda, admite-se, na hipótese de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, desde que demonstrada a vantajosidade, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 29, § 3º do Decreto Municipal nº 035, de 14 de março de 2024, em consonância com o planejamento da contratação.

9.3. Quanto à vigência dos contratos advindos da ARP, o prazo será definido quando do pedido de elaboração do instrumento contratual, com o planejamento da contratação.

9.2 DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.2.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº. 14.133 de 2021, cada órgão/entidade participante indicará o gestor e o fiscal da Ata de Registro de Preços e/ou do Contrato quando do pedido de elaboração do respectivo instrumento.

9.2.2. Durante a vigência do contrato, a execução do objeto será acompanhada pelos Servidores:

Gestor(a) Titular: Adriana de Sales Azevedo, matrícula 56022-8

Gestor(a) Suplente: Jane Lúcia Lopes Ferreira, matrícula: 52904-0

Fiscal Titular: Acicleide da Silva Pereira, matrícula: 37521-7

Fiscal Suplente: Cícera Maria do Nascimento, matrícula 12.928-4

9.2.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei nº 14.133/2021;

9.2.4 O Gestor e o Fiscal, inclusive os suplentes, assinarão o Termo de Ciência e responsabilidade do Servidor Designado, conforme estabelecido no Anexo IV da Instrução Normativa nº 002, de 14 de julho de 2023, aprovada pelo Decreto nº 050/2023. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a

responsabilidade da Adjudicatária, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com Art. 117, da Lei nº141333 de 2021.

9.2.5. As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais da ARP/Contratos e encontram pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos Arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº 002, que institui procedimentos de fiscalização e acompanhamento quanto à execução dos contratos administrativos perante os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, aprovada por meio do Decreto nº 50, ambos de 14 de julho de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

10. JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO OU CONDIÇÕES PARA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO

10.1. Não será permitida a subcontratação de qualquer parcela do objeto da presente licitação, uma vez que, em pesquisa ao mercado, foi constatado que o serviço pretendido no certame pode ser prestado na sua integralidade por qualquer empresa do ramo, sem que se demande especialização, concentração de mercado ou racionalização de atividades que inviabilizam tal execução. Ademais, neste caso, a subcontratação não se mostra vantajosa técnica e economicamente para a Administração Pública.

11. DA LEGISLAÇÃO, NORMAS E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

11.1 DA LEGISLAÇÃO

11.1.1. A Contratada será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas e fornecedores.

11.2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

11.2.1. Na execução do contratado, a empresa contratada deverá entregar o produto obedecendo rigorosamente os seguintes requisitos:

11.2.2. Às normas e especificações constantes deste termo de referência e o Estudo Técnico Preliminar;

11.2.3. Às disposições legais Municipais e Estaduais;

11.2.4. Aos regulamentos das empresas concessionárias;

11.2.5. Às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho;

11.2.6. Às normas do Código de Defesa do Consumidor.

11.2.7. As informações complementares a respeito dos requisitos da contratação estão previstas no tópico 5 do Estudo Técnico Preliminar, e no Edital da licitação.

12. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

12.1. Poderão participar desta licitação os interessados que atendam a todas as condições exigidas neste Termo de Referência e seus anexos.

12.2. Será VEDADA a participação de empresas nas seguintes condições:

- 12.2.1.** Licitantes que, dentre seus dirigentes, responsáveis técnicos ou legais, figure como ocupante de cargo comissionado ou detentor de emprego ou função pública na Administração Direta e Indireta de Caruaru;
- 12.2.2.** Empresa cujo objeto social não seja compatível com o objeto deste TR;
- 12.2.3.** Consórcios, grupos ou agrupamentos de pessoas jurídicas ou físicas e jurídicas;
- 12.2.4.** Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o Município de Caruaru/PE, durante o prazo da sanção aplicada;
- 12.2.5.** Licitantes declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública e/ou punidos com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública;
- 12.2.6.** Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- 12.2.7.** Empresas que possuam sócio, diretor ou responsável técnico que tenha tido vínculo empregatício com o Município há menos de 06 (seis) meses anteriores à data da sessão de abertura do certame;
- 12.2.8.** Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação. As licitantes que estiverem em recuperação judicial devem, na fase de habilitação, apresentar o plano de recuperação já homologado em juízo, devendo este ser comprovado por certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que a empresa está apta econômica e financeiramente a cumprir com as obrigações a serem assumidas;
- 12.2.9.** Que tiverem controle societário ou sócio comuns, independente da participação societária, com outro proponente ou com empresa integrante;
- 12.2.10.** Pessoas naturais, individualmente ou reunidas em cooperativa de trabalho, ou qualquer outra forma de associação.

13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA¹

¹ Os critérios de habilitação técnica, conforme o art. 67 da Lei 14.133/2021, têm como objetivo comprovar que o licitante possui a qualificação necessária para a execução satisfatória do objeto da contratação. De acordo com as orientações do TCU, esses critérios referem-se a aspectos específicos do licitante e não devem ser confundidos com os critérios técnicos de aceitabilidade da proposta, que estão relacionados diretamente ao objeto da contratação. Desse modo, as exigências relativas à qualificação técnica são estabelecidas em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021, especialmente aqueles que asseguram a isonomia, a economicidade, a seleção da proposta mais vantajosa e a eficiência na contratação pública. A definição desses critérios considerou a necessidade de garantir a execução adequada do objeto, evitando restrições desproporcionais que possam limitar indevidamente a participação de potenciais interessados no certame, respeitando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, de acordo com a complexidade do objeto. Sobre o tema, Marçal Justen Filho na obra "Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei nº 14.133/2021" preceitua: "Quanto maior a complexidade, quanto mais problemática a execução da prestação, quanto mais essenciais as necessidades a serem atendidas, tanto mais severos serão os requisitos de habilitação. Quanto menor a dificuldade na execução da prestação, quanto mais difundidas as técnicas necessárias para executar adequadamente o objeto, tanto menores serão os requisitos de habilitação. Ressalte-se que o próprio elenco das circunstâncias relevantes para a determinação dos requisitos de habilitação é variável em cada caso. (Justen Filho, Marçal -

13.1. Considerando o objeto da presente demanda, não serão exigidos **ATESTADOS** de comprovação de qualificação técnica, em razão da ausência do referido objeto nas exigências elencadas no art. 67 da Lei 14.133/2021.

14.DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. As despesas decorrentes da ata de registro de preços ocorrerão pela fonte de recurso do órgão) participante do sistema de registro de preços, conforme indicadas abaixo:

11000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

11001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

12.361.1212.1.126 - Aquisição de Instrumentos Musicais destinados ao ensino de arte na rede municipal.

4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Fonte de recurso: 102 - 25% de Impostos e Transferências para a Educação

Fonte de recurso: 109 - Recursos do Salário Educação

11000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

11001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

12.361.1212.2.143 - Suporte às atividades do ensino de arte na rede municipal.

3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte de recurso: 102 - 25% de Impostos e Transferências para a Educação

Fonte de recurso: 109 - Recursos do Salário Educação

15. PREVISÃO E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL

15.1. Não haverá exigência da garantia contratual da execução (art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021). haja vista não haver complexidade na presente contratação, não comprometendo o cumprimento das obrigações.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. Fornecer o objeto no prazo e na forma de entrega estabelecidos neste Termo de Referência e na proposta, com indicações referentes à marca/fabricante, ficando sujeita à multa estabelecida no contrato, bem como às prescrições da Lei das Licitações e Contratos Administrativos, respondendo pelas consequências de sua inobservância total ou parcial.

16.2. Manter-se, durante toda a vigência e execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência;

16.3. Atender ao chamado e/ou à correção do defeito dentro do prazo estabelecido neste instrumento. A Não realização dentro do prazo, a Contratada estará sujeita à multa estabelecida no Contrato;

Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei nº 14.133/2021 - São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 777). Dessa forma, ao estabelecer os requisitos de habilitação previstos, a Administração Municipal assegura a eficiência da contratação, alinhando-se ao interesse público e às diretrizes de competitividade mercadológica estabelecidas pela legislação vigente.

16.4. Aceitar, nas mesmas condições de sua proposta, os acréscimos ou supressões do objeto ora contratado, que porventura se fizerem necessários, a critério da Contratante.

16.5. Assumir integral responsabilidade sobre extravios ou danos ocorridos no transporte dos objetos, qualquer que seja sua causa;

16.6. Comunicar, por escrito, à Contratante, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer durante a execução do objeto contratado.

16.7. Arcar com todas as despesas decorrentes de uma eventual substituição do objeto, em caso de reposição do mesmo.

16.8. Prestar esclarecimentos ao Contratante, quando solicitado, no que for referente à execução e a quaisquer ocorrências relacionadas aos produtos/serviços.

16.9. Assumir integral responsabilidade pelos danos eventuais causados à contratante ou a terceiros na prestação dos serviços, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento realizado pela Contratante.

16.10. Assumir responsabilidade por todos os gastos com encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o MUNICÍPIO.

16.11. Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação.

16.12. Responsabilizar-se por quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição do contrato, dispositivo legal ou regulamento, por sua parte.

16.13. Observar rigorosamente todas as especificações gerais, que originou esta contratação e de sua proposta.

16.14. Manter número telefônico e e-mail atualizados de escritório ou firma para contato e intermediação junto à contratante.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1. Receber o objeto nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

17.2. Verificar a conformidade dos bens/serviços recebidos com as especificações constantes neste Termo de Referência e da proposta para fins de aceitação e recebimento definitivo.

17.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido para que seja substituído, reparado ou corrigido.

17.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada através de servidor responsável designado;

17.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência.

17.6. Fornecer atestado de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

17.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculadas à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

18 SANÇÕES

18.1. Para apuração de infrações e de aplicação de sanções administrativas a licitantes e contratados, de que trata o art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Administração Pública direta e indireta do Município de Caruaru, deverão ser observadas as disposições regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 080, de 30 de julho de 2024.

18.2. Nas contratações realizadas no âmbito da Administração Pública Municipal de Caruaru, é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para aplicação das sanções cabíveis quando constatada a prática injustificada das seguintes condutas previstas nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

18.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas citadas as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.3.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

18.4. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator às sanções cabíveis cumulativamente em que haja incorrido, observadas as disposições dos §1º e §2º do art. 12 do Decreto nº 080, de

30 de julho de 2024.

18.5. A sanção de advertência será aplicada nas hipóteses elencadas no art. 13 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

18.6. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, devendo observar os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

18.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas no artigo 16 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

18.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 17 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

18.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.10. A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

18.11. Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

18.12. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Penalidade, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

18.13. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração dos fatos e, se for o caso, aplicação de sanção à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado no credenciamento da empresa junto ao SICAF.

18.14. A licitante deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado junto ao SICAF e confirmar o recebimento de mensagens provenientes do Município de Caruaru - PE, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

19. PROPOSTA

19.1. As propostas deverão ter validade de, no mínimo, 60 dias, contados da data de abertura da sessão pública a ser estabelecida no preâmbulo do Edital, independente de declaração da licitante.

19.2. Não se admitirá proposta que não observe a desoneração do ICMS quando se tratar de hipótese enquadrada na isenção prevista no Decreto Estadual nº 44.650/2017 (Convênio ICMS 73/04).

20. ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

20.1. A CONTRATADA deverá aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários ao objeto contratual, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

20.2. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

21. PREVISÃO E JUSTIFICATIVA DA POSSIBILIDADE DE ADESÃO POR ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES E CONDIÇÕES DE ADESÃO

21.1. Em atendimento ao disposto no art. 86 da Lei nº 14.133/2021, será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços originada deste Termo de Referência exclusivamente por órgãos ou entidades da administração pública municipal, considerando a racionalização dos processos administrativos e a otimização do uso de recursos públicos.

21.2. As solicitações de adesão deverão ser formalizadas e submetidas à gerenciadora da Ata de Registro de Preços, acompanhadas da justificativa para a adesão, e enviadas por meio dos canais indicados, telefone (81) 3101-0020, ramal do gabinete 1013 e e-mail educacao@caruaru.g12.br. O pedido será avaliado e, caso autorizado, deverá respeitar os critérios de compatibilidade e planejamento para garantir o equilíbrio do contrato

21.3. Para o controle e estimativa de quantidades passíveis de aquisição pelos órgãos ou entidades não participantes, deverão ser observados os seguintes limites: a) A adesão individual de cada órgão ou entidade não participante será limitada a até 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços; b) O total de adesões, cumulativamente, não poderá ultrapassar o dobro do quantitativo inicialmente registrado, garantindo-se a viabilidade operacional e financeira do contrato principal.

21.4. O órgão gerenciador se reserva o direito de analisar o impacto das adesões, considerando a garantia de atendimento prioritário às demandas dos órgãos participantes originais, conforme previsto no planejamento da licitação.

22. DAS CONDIÇÕES GERAIS

22.1. Os casos omissos neste Instrumento serão resolvidos de acordo com as normas contidas no Edital de Pregão, nos termos da legislação vigente e em conformidade com a Lei 14.133/2021, que rege as contratações públicas, bem como em consonância com os princípios e regulamentos que orientam a administração pública;

22.2. O Fornecedor fica obrigado a manter, durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a participação na licitação, sob pena de aplicação das sanções previstas no contrato e na legislação

pertinente;

22.3. Não será admitida subcontratação do objeto;

22.4. A licitação deverá ser realizada sob o tipo “menor preço item” para fins da escolha mais vantajosa;

22.5. Fica admitida a adesão à ata por outros órgãos e entidades da administração pública municipal, que poderão aderir aos termos e condições aqui estabelecidos, desde que o fornecedor aceite a ampliação do objeto contratual de forma equitativa e sem modificações que prejudiquem as condições originalmente pactuadas. Essa adesão deve ocorrer mediante manifestação formal e respeito aos trâmites legais pertinentes.

22.6. Fica eleito o Foro da Comarca de Caruaru para a resolução de litígios decorrentes do objeto deste instrumento, com renúncia a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja, respeitando as disposições legais aplicáveis.

Caruaru, na data da assinatura eletrônica.

ADRIANA DE SALES AZEVEDO
Gerente de Artes
Mat. 56.022-8



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 2914-D501-BC4D-9E09

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ADRIANA DE SALES AZEVEDO (CPF 034.XXX.XXX-07) em 24/04/2026 09:32:15 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://caruaru.1doc.com.br/verificacao/2914-D501-BC4D-9E09>